

SP sofrerá onda de devoluções de escritórios no 2º semestre, diz consultoria



As adaptações do mundo corporativo ao home office e, principalmente, a crise financeira, serão o foco da devolução dos escritórios comerciais de alto padrão em São Paulo no segundo semestre. A projeção é do presidente da consultoria imobiliária JLL, Fábio Maceira.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, Maceira indicou que empresas mais otimistas têm expectativa de volta da receita ao nível re-

gistrado no quarto trimestre de 2019, mas a maioria do mercado indica que terá uma retomada apenas no próximo ano.

Empresas que fecharam contratos de aluguel em áreas de grande porte, que variam entre 40 mil metros e 50 mil metros, tendem a devolver espaços não utilizados. A maior parte das locatárias, no entanto, ocupa áreas entre mil metros quadrados e 2 mil metros quadrados, com custos entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil por metro quadrado.

Há pouco mais de duas semanas, os escritórios foram autorizados pela Prefeitura de São Paulo a retomarem suas atividades, respeitando limite de funcionamento de quatro horas. Segundo Maceira, poucas empresas voltaram a ocupar as áreas alugadas.

Cinquenta e quatro por cento das empresas locatárias de prédios comerciais administrados pela JLL que responderam a uma pesquisa recente feita pela consultoria não tinham previsão de retorno.

Isto É Dinheiro

Publicidade Legal

BC quer liberar parte de financiamento de imóvel paga para novo empréstimo

Página - 05

Economia



Economia brasileira teve retração recorde de 9,3% em abril, aponta monitor do PIB FGV

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na manhã desta terça-feira (23) que uma discussão para um programa de refinanciamento de dívidas tributárias, conhecido como Refis, deve ser iniciada no segundo semestre. Segundo Maia, o Refis “não é um bom instrumento” e ele disse esperar ser o último programa desse tipo.

Página - 03

Negócios



Setor da construção civil está apreensivo com os rumos dos negócios

Os setores de construção civil e do merca-

do imobiliário apostam que serão fundamentais para a retomada da economia no pós-pandemia. Por injetarem recursos e gerarem empregos, rapidamente, para mão de obra sem qualificação, têm potencial de absorver parte dos desempregados e fazer a roda do consumo girar.

Página - 12

Wirecard perde R\$ 7,4 bi em valor de mercado após fundador ser preso e pagar fiança de R\$ 29 mi

O fundador da processadora de pagamentos alemã Wirecard, Markus Braun, foi afastado do cargo de CEO após suspeitas de uma fraude contábil. Segunda (22), o executivo se entregou voluntariamente às autoridades de Munique, na Alemanha, depois de ser emitido o mandado de prisão.

Página - 12

No Mundo

EUA insistem em presença chinesa, e acordo nuclear com a Rússia fica distante

O Novo Start, último tratado de limitação de armas nucleares vigente, está mais perto do fim.

As conversas entre Estados Unidos e Rússia sobre a extensão por mais cinco anos do acordo, que expira em 5 de fevereiro de 2021, não resolveram o principal impasse, imposto por Washington: a presença da China na mesa de negociações.

Por dois dias, o envio de Donald Trump para controle de armas, Marshall Billingslea, discutiu o assunto com o vice-premiê russo, Serguei Riabkov, em Viena.

À imprensa nesta terça (23) eles anunciaram que as negociações continuarão em

julho ou agosto, mas Billingslea explicitou o beco sem saída ao dizer que Washington faz questão de que Pequim esteja no novo acordo.

“Simplesmente perpetuar uma construção da Guerra Fria, de controle bilateral de armas nucleares num mundo com rápida proliferação que tem um terceiro país correndo rumo à paridade não faz mais sentido”, disse o americano.

O russo afirmou que a ideia “não é realista” e voltou a propor um novo tratado maior, que inclua as duas potências nucleares ocidentais com arsenais semelhantes ao chinês, França e Reino Unido.

Billingslea disse que não havia ainda consenso sobre o

arranjo proposto, mas o fato é que tudo caminha para que o Novo Start expire, abrindo a possibilidade de uma nova era de corrida armamentista nuclear.

A lógica americana faz parte do conjunto de táticas de pressão que a gestão Trump adotou sobre a China desde 2017, apelidada de Guerra Fria 2.0.

Os países, duas maiores economias do mundo, duelam principalmente na economia, mas cada vez mais em termos geopolíticos –pandemia da Covid-19, autonomia de Hong Kong, controle do mar do Sul da China e, agora, armas nucleares são pontos recentes de atrito.

Igor Gielow/Folhapress



Quantidade de brasileiros barrados em Portugal bate recorde em 2019



O número de brasileiros barrados na entrada de Portugal aumentou 37,4% em 2019, em comparação aos números de 2018. É o quinto ano consecutivo de crescimento.

Ao todo, no ano passado, 3.965 cidadãos do Brasil foram impedidos de entrar no país europeu ainda no aeroporto, um recorde. Isto representa uma média diária de 10,9 entradas recusadas. Em 2018, o total de barrados brasileiros foi de 2.286.

Num distante segundo lugar entre os barrados aparecem os cidadãos de Angola (202), seguidos pelos da Guiné Bissau (72) e do Senegal (54).

A maior parte dos casos aconteceu no aeroporto de Lisboa, principal porta de entrada no país. O motivo apontado foi a falta de documentos que comprovassem a intenção da viagem por motivos turísticos.

Os números foram revelados na manhã desta terça-feira (23) no Rifa (Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo), divulgado pelo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), órgão responsá-

vel pela imigração em Portugal.

O resultado faz com que os brasileiros representem 79,4% das 4.995 pessoas que tiveram o ingresso vetado no país em 2019.

Na apresentação dos dados, o coordenador do gabinete de estudos do SEF, Joaquim Estrela, destacou que esta foi uma quantidade pequena em relação ao total de brasileiros que viajaram a Portugal em 2019: cerca de 0,4% do total de viajantes.

“Relativamente às nacionalidades mais representativas [entre os barrados], importa aqui analisar os dados tendo presente o seu peso relativo em relação ao número de entrada de passageiros em território nacional. Nesse sentido, apesar de 79,4% terem incidido sobre cidadãos brasileiros, estas representam apenas 0,43% do total de movimentos de passageiros desta nacionalidade”, afirmou.

Não estão incluídos nestas contas os migrantes em situação irregular e nem aqueles que têm dupla-cidadania portuguesa ou de outro país da União Europeia.

Giuliana Miranda/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Maia diz que Refis 'não é bom instrumento' mas será necessário após pandemia

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na manhã desta terça-feira (23) que uma discussão para um programa de refinanciamento de dívidas tributárias, conhecido como Refis, deve ser iniciada no segundo semestre. Segundo Maia, o Refis "não é um bom instrumento" e ele disse esperar ser o último programa desse tipo.

Em entrevista para a MoneyWeek, um evento de investimentos, Maia afirmou que o debate sobre um novo programa que permita que empresas renegociem suas dívidas com a União ainda não foi iniciado, mas deve ser necessário

para socorrer empresas que tiveram problemas com a crise do novo coronavírus.

"O Refis não é um bom instrumento, mas em um momento como este, de pandemia em que a atividade econômica vai cair muito rápido, de forma muito abrupta, certamente será necessário", afirmou Maia.

Ele estima que a discussão se dê em conjunto com a reforma tributária, que deve ser votada já em agosto, segundo previsão de Maia.

"No segundo semestre, quando vamos ter mais clareza do tamanho das dívidas das empresas, somada à discussão da reforma tributária,

a gente consegue fazer uma discussão mais ampla e resolver esse Refis, que espero que seja o último" afirmou.

Maia ressaltou que um novo Refis deverá ser completamente focado no período da pandemia. O último programa de refinanciamento de dívidas tributárias foi aprovado no Congresso em 2018.

"Óbvio que nós já fizemos Refis no passado, há dois anos. Certamente não há necessidade de nenhum outro que não seja focado no período da pandemia, a partir de 20 de março, quando as empresas tiveram uma queda muito grande do seu faturamento".

Isabella Macedo/Folhapress



Economia brasileira teve retração recorde de 9,3% em abril, aponta monitor do PIB FGV



A economia brasileira registrou uma retração de 9,3% em abril, na comparação com março, segundo dados do Monitor do PIB-FGV, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta segunda-feira (22).

Já na comparação com abril do ano passado, a queda foi ainda maior, de 13,5%. No trimestre móvel encerrado em abril, o recuo foi de 6,1%, em comparação a março.

Segundo a FGV, a retração foi recorde tanto na comparação contra o mês imediatamente anterior, quanto na interanual, impactada principalmente pelas medidas de isolamento social necessárias para o combate a pandemia de coronavírus.

"O dado de abril mostra que, a retração recorde da economia, não apenas no PIB, porém disseminada em diversas atividades e componentes da demanda, é a pior da história recente. A indústria e o setor de serviços, que respondem por aproximadamente 95% do valor adicionado total da economia também tiveram os maiores recuos de sua série histórica iniciada em 2000, assim como o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo", destacou Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV.

Na análise da série livre de efeitos sazonais a indústria caiu 15,7% em abril, influenciada pelos expressivos recuos da transformação (-24,3%) e da construção (-11,7%), enquanto o recuo de 7,3% dos serviços refletiu, principalmente, os tombos das atividades de comércio (-18,3%), transporte (-15,1%) e de outros serviços (-14,0%).

Pela ótica da demanda, os investimentos (formação bruta de capital fixo) e o consumo das famílias também apresentaram recorde de retração com recuos de 23% e de 7,7%, respectivamente.

"Em um país que, após três anos de fraco crescimento, ainda não havia conseguido se recuperar da última recessão, finda em 2016, que causou uma retração de 8,1% no PIB ao longo de 11 trimestres, o resultado de retração de 9,3% do PIB em apenas um mês, registrado em abril não é nada animador e só evidencia os enormes desafios que serão enfrentados pela economia no decorrer de 2020", acrescentou.

O indicador da FGV ficou um pouco abaixo do apontado pelo Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), do Banco Central (BC), que apontou uma retração de 9,73% em abril.

G1/Biznews

Política

Guedes vê resistência e não vai fazer esforço por Weintraub no Banco Mundial

O ministro Paulo Guedes (Economia) espera resistência ao nome de Abraham Weintraub para o posto de diretor-executivo do Banco Mundial. Caso haja um veto, o Brasil terá de fazer outra indicação para a vaga.

Guedes já disse a interlocutores que, em caso de entraves, entregará um novo nome sem fazer esforços para defender Weintraub. O Palácio do Planalto, no entanto, insiste na manutenção ex-ministro da Educação no cargo.

Guedes disse para auxiliares que existe a chance de veto e que, neste caso, o país teria de indicar outro nome.

Ex-ministro da Educação, Weintraub nem assumiu o posto, mas já está nos EUA desde sábado (20).

O Brasil integra o Banco Mundial por meio de um

consórcio com outros oito países. São eles Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Filipinas, Suriname e Trinidad e Tobago.

Em conversas preliminares, Colômbia, Equador e Suriname se mostraram mais refratários ao nome de Weintraub, segundo assessores de Guedes.

A República Dominicana também não mostra simpatia pela indicação. No entanto, o país se mostrou aberto à negociação.

Na avaliação de integrantes do governo, caso a indicação de Weintraub seja rejeitada, poderá ser criado um problema diplomático sério.

Diplomatas ouvidos pela reportagem afirmam que sempre houve consenso. Porém, reconhecem que, desta vez, o nome se tornou alvo de questionamentos, mas dizem

acreditar que haverá consenso ao final.

Com sede em Washington, a missão do Banco Mundial é desenvolver e financiar projetos que permitam erradicar a pobreza. Basicamente atua com dois braços, o Bird (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento) e a AID (Associação Internacional de Desenvolvimento).

Pelas regras, a indicação do diretor-executivo de um grupo desse tipo precisa ser consensual porque ele representará todos os países do consórcio. Caso contrário, é preciso indicar outra pessoa.

A fama do ex-ministro da Educação é a principal barreira. Weintraub é visto como um profissional de carreira errática e uma pessoa confusa e preconceituosa.

Julio Wiziack, Julia Chaib e Renato Machado/
Folhapress



Ministra diz que Brasil pode intensificar produção sem derrubar árvore



A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, disse hoje (23) que o desenvolvimento do mercado de finanças verdes do setor agropecuário ajudará o país a continuar intensificando a produção de comida para atender mercados internacionais, ao mesmo tempo que preserva o meio ambiente.

A ministra participou do seminário virtual Destravando o Potencial de Investimento Verdes para Agricultura no Brasil, promovido pela Climate Bonds Initiative (CBI), organização internacional sem fins lucrativos com foco em investidores. O objetivo da CBI é mobilizar o mercado de títulos relacionados a soluções para a mudança do clima.

“A intensificação da produção de comida no Brasil para atender mercados internacionais é uma forma de se otimizar o uso global de recursos naturais. Tudo isso sem ser necessário derrubar uma árvore sequer”, disse a ministra.

“Nossas lavouras ocupam cerca de 8% do território

brasileiro e ainda não atingiram a plenitude da sua produtividade. Podemos crescer muito mais com as tecnologias que vêm sendo desenvolvidas. Nossa pecuária, que ocupa cerca de 20% do território brasileiro, está passando por um dramático aumento de eficiência”, disse.

Segundo a ministra, devido ao aumento da eficiência, áreas de pastagens vêm sendo abandonadas e podem ser reaproveitadas para a produção de alimentos. Maria Tereza disse que com o apoio do mercado de finanças verdes para financiar o setor agropecuário, o país continuará a manter intacta 66% da vegetação nativa.

Segundo Ministério da Agricultura, o plano foi elaborado a partir da assinatura, em novembro do ano passado, de um memorando de entendimento entre o CBI e o ministério. O documento apresenta o atual cenário do setor, as oportunidades de investimento no Brasil e demonstra como os títulos verdes podem financiar a agricultura sustentável no país.

Kelly Oliveira/ABR

Publicidade Legal

BC quer liberar parte de financiamento de imóvel paga para novo empréstimo

O Banco Central anunciou, nesta terça-feira (23),

que pretende aprovar medida que libera o uso de imóvel já financiado como garantia para um novo empréstimo com as mesmas condições contratadas anteriormente.

A medida foi anunciada junto com novo pacote de enfrentamento à crise gerada pelo novo coronavírus e tem potencial de liberação de R\$ 60 bilhões em créditos novos.

Na prática, o consumidor que contratou crédito para compra da casa própria poderá usar o saldo já quitado para pedir outro empréstimo com o mesmo valor e mesma taxa pactuada em contrato.

Se o tomador tem um financiamento imobiliário de R\$ 500 mil a 8% ao ano, por exemplo, e já pagou R\$ 200 mil, ele poderá pedir esse valor em novo empréstimo com essa mesma taxa.

O tomador pode pegar mais de um empréstimo com o saldo restante e poderá utilizar como bem entender.

“Como o mercado de crédito imobiliário no Brasil não é tão avançado, acreditamos que a medida é adequada”, explicou Campos Neto.

A iniciativa será enviada por meio de Medida Provisória (MP). “A gente espera que seja feita ainda nesta semana”, disse o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Em caso de inadimplência de uma das operações garantidas pelo mesmo imóvel, as demais vencem antecipadamente.

“Na prática, se a família precisa de crédito naquele momento e buscar na instituição financeira, ela conseguirá um empréstimo muito mais caro. Então, com a iniciativa, ela poderá ter acesso a uma linha mais barata”, pontuou o presidente do BC.

Larissa Garcia/Folhapress

Transportes Furlong do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 67.599.878/0001-66

Balancos Patrimoniais		Notas		2019		2018		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital a Integralizar		Reservas de Lucros		Resultado de Avaliação Patrimonial		Lucro do Exercício		Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
Ativo/Circulante		2019	2018	Saldo inicial em 01/01/2018		2019	2018	Capital	Integralizar	Legal	Lucros Retidos	2019	2018	Atividades Operacionais		2019	2018	Atividades Operacionais	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	3.965.426	110.607	3.900.000	(1.451.994)	120.000	12.169.082	120.000	(1.451.994)	-	-	14.630.260	14.630.260	Resultado Líquido do Exercício		7.081.085	5.159.044	Resultado Líquido do Exercício	
Duplicatas a Receber	6	28.558.387	30.620.237	-	-	-	-	-	-	-	-	1.451.994	1.451.994	Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes		5.835.346	2.553.152	Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes	
Impostos a Recuperar		61.692	82.635	-	-	-	-	-	-	-	-	2.553.152	2.553.152	Resultado Equivalência Patrimonial		(890.479)	(154.186)	Resultado Equivalência Patrimonial	
Adiantamentos a Fornecedores		128.004	758.150	-	-	-	-	-	-	-	-	170.454	170.454	Depreciações e Amortizações		2.020.582	2.593.537	Depreciações e Amortizações	
Contas a Receber	7	773.614	2.269.764	-	-	-	-	-	-	-	-	(205.001)	(205.001)	Valor residual de bens baixados (Aumento) Redução do Ativo		115.636	166.541	Valor residual de bens baixados (Aumento) Redução do Ativo	
Despesas de Exercício Seguinte		1.362.090	1.134.357	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.553.152)	(2.553.152)	Duplicatas a Receber		4.318.901	1.243.635	Duplicatas a Receber	
Não Circulante		9.896.787	10.055.020	3.900.000	-	3.900.000	-	3.900.000	-	-	-	18.600.859	18.600.859	Adiantamentos a Fornecedores		2.061.850	3.731.111	Adiantamentos a Fornecedores	
Depósitos Judiciais		637.158	974.703	-	-	-	-	-	-	-	-	5.835.346	5.835.346	Contas a Receber		20.943	129.772	Contas a Receber	
Investimentos	8	4.979.185	4.486.153	-	-	-	-	-	-	-	-	(397.447)	(397.447)	Despesas de Exercício Seguinte		630.146	(441.068)	Despesas de Exercício Seguinte	
Imobilizado		32.152.450	31.711.819	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.305.200)	(1.305.200)	Impostos a Recolher		1.833.695	(1.292.653)	Impostos a Recolher	
(-) Depreciações		(27.894.058)	(26.170.214)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.835.346)	(5.835.346)	Salários e Encargos		(227.733)	(883.327)	Salários e Encargos	
Total do Imobilizado	9	4.258.392	5.541.605	3.900.000	-	3.900.000	-	3.900.000	-	-	-	22.733.558	22.733.558	Aumento (Redução) do Passivo		553.440	(1.362.128)	Aumento (Redução) do Passivo	
Intangível		155.946	152.078	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Fornecedores		(665.305)	(1.700.216)	Fornecedores	
(-) Amortização		(133.894)	(124.816)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Impostos a Recolher		255.285	(36.452)	Impostos a Recolher	
Total do Intangível	10	22.052	27.262	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Fretes a Pagar		243.494	(406.509)	Fretes a Pagar	
Total do Ativo		44.746.000	45.030.770	44.746.000	-	44.746.000	-	44.746.000	-	-	-	4.979.185	4.486.153	Outras Contas a Pagar		617.402	86.762	Outras Contas a Pagar	
Passivo e Patrimônio Líquido		44.746.000	45.030.770	44.746.000	-	44.746.000	-	44.746.000	-	-	-	4.979.185	4.486.153	Caixa Gerado das Atividades Operacionais		11.953.426	5.020.551	Caixa Gerado das Atividades Operacionais	
Circulante		17.162.638	18.097.464	17.162.638	-	17.162.638	-	17.162.638	-	-	-	-	-	Atividades de Investimentos		(843.927)	(783.014)	Atividades de Investimentos	
Instituições Financeiras	11	1.640.936	3.129.202	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Aquisição de bens do ativo imobilizado		110.607	235.752	Aquisição de bens do ativo imobilizado	
Fornecedores	12	2.862.787	3.729.092	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Aquisição de Intangível		3.965.426	110.607	Aquisição de Intangível	
Impostos a Recolher	13	1.638.336	1.374.112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Caixa Utilizado em Atividade de Investimento		(847.795)	(783.014)	Caixa Utilizado em Atividade de Investimento	
Salários e Encargos	14	1.043.031	808.476	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Atividade de Financiamento		-	-	Atividade de Financiamento	
Fretes a Pagar	15	3.696.952	3.393.389	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Captação de empréstimos e financiamentos		(2.741.780)	(5.522.552)	Captação de empréstimos e financiamentos	
Outras Contas a Pagar	16	6.280.596	5.663.194	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Recebimento de mutuo de partes relacionadas		(6.903.831)	(414)	Recebimento de mutuo de partes relacionadas	
Não Circulante		4.949.804	9.307.150	4.949.804	-	4.949.804	-	4.949.804	-	-	-	-	-	Parcelamento e Pagamento de impostos		3.699.999	(86.710)	Parcelamento e Pagamento de impostos	
Exigível a Longo Prazo: Instituições Financeiras	17	412.771	1.666.285	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Pagamento de dividendos		(1.305.200)	(205.000)	Pagamento de dividendos	
Impostos Parcelamentos	18	325.162	7.228.993	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Aumento de Capital		-	1.451.994	Aumento de Capital	
C/C Empresas Ligadas e Acionistas	19	4.111.871	4.111.872	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Caixa Gerado das (Utilizado nas) Atividades de Investimentos		(7.250.812)	(4.362.682)	Caixa Gerado das (Utilizado nas) Atividades de Investimentos	
Patrimônio Líquido		27.233.558	17.626.156	27.233.558	-	27.233.558	-	27.233.558	-	-	-	-	-	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		3.854.819	(125.145)	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	
Capital Social	20	3.900.000	3.900.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo inicial de caixa e equivalentes		110.607	235.752	Saldo inicial de caixa e equivalentes	
Reserva Legal		539.425	247.658	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Saldo final de caixa e equivalentes		3.965.426	110.607	Saldo final de caixa e equivalentes	
Resultado de Avaliação Patrimonial		(333.821)	63.626	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17. Instituições Financeiras – LP		-	-	17. Instituições Financeiras – LP	
Lucros Retidos		18.627.954	13.414.872	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Capital de Giro		412.771	1.106.901	Capital de Giro	
Total do Passivo		44.746.000	45.030.770	44.746.000	-	44.746.000	-	44.746.000	-	-	-	-	-	Finame		412.771	1.106.901	Finame	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis														18. C/C Empresas Ligadas e Acionistas		4.111.871	4.111.872	18. C/C Empresas Ligadas e Acionistas	
1. Contexto Operacional – A empresa dedica-se ao transporte rodoviário nacional e internacional de cargas. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e a norma NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC PME (IRFS para SME do IASB). As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB). As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e estão expressas em Reais (R\$), salvo se indicado o contrário. 3. Aplicação do CPC PME – A aplicação do CPC PME já se deu, integralmente, na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2010, sendo as primeiras demonstrações anuais apresentadas em conformidade com a NBC TG 1.000 em todos os aspectos. 4. Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: a. Caixa e Equivalentes de Caixa : Refere-se aos saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis que constam na data do fechamento do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício. b. Duplicatas a Receber : As duplicatas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos e recuperadas desses créditos. As eventuais perdas quando julgadas, são baixadas diretamente das contas não constituindo provisão para devedores duvidosos. Os clientes da empresa são compostos predominantemente de grandes montadoras automobilísticas. A empresa não inclui juros nas vendas a prazo. c. Adiantamentos a Fornecedores : Refere-se a pagamentos efetuados antecipadamente aos fornecedores aguardando documento fiscal. d. Impostos a Recuperar : As antecipações ou valores passíveis de compensações são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de sua realização. e. Outras Contas a Receber : Refere-se a contas correntes com diretores e empresas ligadas, empréstimos a funcionários, créditos a recuperar com agregados, compra de pneus a recuperar. f. Investimentos : Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzidos da provisão para perdas na realização. g. Imobilizado : Demonstrações ao custo de aquisição ou valor atribuído, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, que levam em consideração a vida útil dos bens, tendo como contrapartida o seu resultado. A Administração da Sociedade entende que as taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. h. Intangível : Intangível reflete os custos com direitos de uso de software em uso e estão sendo amortizados a taxas lineares. A Administração da Sociedade entende que as taxas de amortizações utilizadas estão de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens. i. Redução ao Valor Justo – Impairment : A Administração da Sociedade avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico Brasileiro CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não foram detectados, atualmente, riscos relevantes de Impairment. j. Instituições Financeiras : Demonstrados pelo valor devido na data do balanço, incluindo juros e encargos. Os valores classificados no longo prazo referem-se aos valores com vencimento após o exercício seguinte. k. Fornecedores : As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. l. Impostos a Recolher : Refere-se a impostos devidos na data do encerramento do exercício. Os Impostos e Contribuições apresentados são decorrentes da retenção sobre a Folha de Pagamento (IRRF) e sobre a Prestação de Serviços dos Terceiros (IRRF, PIS/COFINS/CSLL, INSS e ISS), quando aplicável, tendo também os impostos sobre faturamento (INSS, PIS e a COFINS), calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações. m. Salários e Encargos a Pagar : Refere-se além dos salários a pagar, à encargos trabalhistas e provisão de férias com os devidos encargos na data do encerramento do exercício. n. Fretes a Pagar : Refere-se à sub-contratação de empresas transportadoras e autônomos																			

Carlos Jorge Furlong – Diretor Presidente

RN Sociedade de Contadores SS: Jose Ribamar do Nascimento – CRC ISP 118.814/O-6

Traga sua publicações legais para

Data Mercantil

O melhor custo benefício para sua empresa

Faça um orçamento conosco comercial@datamercantil.com.br

IM2D Participações Ltda

CNPJ/MF nº 02.684.297/0001-87 - NIRE nº 35.218.444.892

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora, Local: 19/06/2020, às 10 horas, na sede social. **Presença:** Totalidade. **Convocação e Publicação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente - Sr. Emanuel Dias de Mello Sá, procurador do sócio não residente no País Isaac Duek, Secretária - Dafne Duek. **Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade aprovar a redução do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 9.084.971,00, referente a: 1) Amortização e Venda do CRI BRCS-CRI71 no valor de R\$ 1.084.971,00. 2) Entrada da Venda do apartamento Edifício Pateo Leopoldo R\$ 8.000.000,00, nos termos do artigo 1082, II do Código Civil. Assim, o capital de R\$ 38.473.631,00, passará a ser de R\$ 29.388.660,00, com o respectivo cancelamento de 9.084.971 quotas do sócio Isaac Duek no capital social da sociedade. O valor da redução será restituído ao sócio em até 6 meses sujeito à disponibilidade de caixa da sociedade. Após o decurso do prazo de manifestação dos credores, previsto no artigo 1.084, §1 do Código Civil, a presente ata de reunião será levada a registro na Junta Comercial competente, juntamente com a respectiva alteração de contrato social implementando a redução de capital social aqui deliberada. Neste ato subscrito ao sócio cotista não residente no País Isaac Duek devidamente qualificado no contrato social, que faz parte integrante do anexo. Da guarda dos livros e documentos ficará sob única e exclusiva responsabilidade do Sr. Presidente da mesa Emanuel Dias de Mello Sá. **Certificação:** A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 19 de junho de 2020. **Encerramento:** A presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. Presidente - Isaac Duek (pp Emanuel Dias de Mello Sá); Secretária - Dafne Duek. **Presentes:** Issak Duek (pp Emanuel Dias de Mello Sá), Dafne Duek e Michel Marcos Duek (pp Dafne Duek). IM2D Participações Ltda.

Atlântico Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 31.511.286/0001-01

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

Ativo	Balanco Patrimonial			Passivo e Patrimônio Líquido			Demonstração do Resultado			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		1.948	3.806	Circulante		224						
Caixa e equivalente de caixa	4	507	3.806	Contas a pagar		2						
Contas a receber – partes relacionadas	5	1.438	–	Contas a pagar – partes relacionadas		–						
Impostos a recuperar		3	–	Imposto e contribuições a recolher	7	222						
Não Circulante		94.491	88.118	Não Circulante		895						
Contas a receber – partes relacionadas	5	5.556	1.529	Imposto e contribuições a recolher	7	895						
Propriedade para investimento	6	88.935	86.589	Patrimônio Líquido		95.320						
				Capital social subscrito		90.691						
				Reserva de lucros		4.629						
Total do Ativo		96.439	91.924	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		96.439						

Subscrito	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Lucros		
	Integralizado	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	acumulados	Total
Subscrição de capital em 24/08/2018	90.691	–	–	–	–	86.883
Integralização de capital	–	–	–	–	–	3.808
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.001	1.001
Constituição reserva legal	–	50	–	–	(50)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	10	(10)
Retenção do lucro do exercício	–	–	–	–	941	(941)
Saldos em 31/12/2018	90.691	50	951	951	–	91.692
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	3.628
Constituição de reserva legal	–	181	–	–	–	(181)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	34	(34)
Retenção do lucro do exercício	–	–	–	–	3.412	(3.412)
Saldos em 31/12/2019	90.691	231	4.398	4.398	–	95.320

1. Contexto operacional – A Atlântico Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri-SP, foi constituída em 24/08/2018, através da integralização de capital via cessão de titularidade dos imóveis de seus controladores, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e os atos societários de constituição foram registrados na JUCESP em 14/09/2018. A Companhia tem por objeto principal a compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis próprio e gestão e administração de propriedade imobiliária. A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade de quotas por responsabilidade limitada e, posteriormente, transformada em sociedade por ações, conforme deliberação da Ata de Reunião de Cotistas realizada em 31/12/2018. Os imóveis próprios da Companhia estão integralmente locados a partes relacionadas nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel para Fins não Residenciais, O Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Momentum") e Brazil Holdings S.C.S. sob seus acionistas, detendo 80% e 20% das ações, respectivamente.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB", pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pelos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O exercício fiscal da Companhia corresponde ao período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. As informações de 2018, para a Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente não são comparativas com o exercício corrente, pois compreendem ao período de 24 de agosto a 31/12/2018, devido a Companhia ter sido constituída em 24/08/2018, conforme nota explicativa nº 6. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 19/06/2020.

3. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são resumidas a seguir: a) Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de qualquer estimativa de descontos comerciais e de impostos e contribuições. **Receita de aluguel:** As receitas de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de arrendamento mercantil. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e não são destinados para investimento ou outros fins. São classificadas como equivalentes de caixa, tem em vista que as aplicações financeiras são consideradas de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de valor. c) Contas a receber: As contas a receber são decorrentes de contratos de arrendamentos mercantis operacionais e possuem carência de 24 meses, portanto os recebíveis são classificados no longo prazo e trazidos a valor presente para fins de apresentação. Estão apresentadas com base no valor de realização e ajustada pela expectativa de perda, quando aplicável. Dado que as contas a receber possuem carência de recebimento, conforme acima, e são substancialmente com partes relacionadas, em 31/12/2019 e 2018 nenhum ajuste de perda esperada foi registrada na demonstração do resultado. d) Arrendamentos mercantis: Os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos mercantis operacionais quando a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para investimento, de acordo com o CPC 06 (R2). Os custos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são capitalizados e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento. e) Propriedades para investimentos: As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação, deduzidas das depreciações acumuladas, calculadas com base no método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado, e por perdas no valor recuperável ("impairment"). Após o reconhecimento inicial, a Administração da Companhia escolheu o modelo do custo para mensuração das propriedades para investimento, mantidas por arrendatários como ativo de direito de uso. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. A Administração da Companhia estimou a vida útil das propriedades para investimento em 70 anos. As propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro decorrente da alienação. f) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros: As propriedades para investimento, quando aplicável, e outros ativos não financeiros, são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), os quais correspondem a cada uma das propriedades. g) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros ativos da Companhia estão representados substancialmente por ativos financeiros incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações em fundos de investimentos e contas a receber de partes relacionadas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação de ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação

dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da Companhia, no qual o ativo financeiro é gerenciado e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado a custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a valor justo por meio do resultado: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pela manutenção dos ativos para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda dos ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são representados pelo pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os demais ativos financeiros são mensurados com base no valor justo por meio do resultado. **Classificação de passivos financeiros:** Os instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31/12/2019 e 2018. • Todos os passivos financeiros são substancialmente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. • Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado. h) Passivos circulante e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. No estudo elaborado pela Administração, não foram identificados efeitos relevantes a serem registrados referentes a ajuste a valor presente. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída com resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Porém, em 31/12/2019 e 2018 não existiam provisões a serem reconhecidas. i) Tributos e contribuições sobre o lucro: **Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social corrente é mensurado com base no regime de tributação do lucro presumido, nos termos facultados pela legislação tributária em vigor. As obrigações fiscais correntes são calculadas com base em fatores de presunção e em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes de locação e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social. j) Resultado por ação: O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício somadas à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. j) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer de sua Administração o uso de julgamentos e estimativas no processo de aplicação das políticas contábeis, que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Devido à incertezas e imprecisões inerentes ao processo de escolha da melhor estimativa a ser utilizada, os resultados reais das transações podem ser diferentes dos valores estimados. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas utilizadas, com risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas no próximo período financeiro, estão relacionadas com o prazo de linearização das receitas de contratos de aluguel utilizado e com a expectativa de vida útil econômica dos imóveis para fins de reconhecimento da despesa de depreciação, ajuste ao valor presente do caixa a receber, e o valor justo das propriedades de investimento para fins de divulgação. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. l) Moeda funcional: A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. m) Adoção de normas novas, alterações e interpretações de normas: (i) Normas, interpretações e alterações de normas implementadas e adotadas pela Companhia em 01/01/2019

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamento	Requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do CPC 06(R2)/IFRS16 e concluiu que sua adoção não tem impacto nas demonstrações financeiras.

Terrenos	Edificações	Total
Saldo inicial 24/08/2018	–	–
Integralização de capital controlador	25.103	61.780
Depreciações (*)	–	(294)
Saldo final 31/12/2018	25.103	61.486
Adições	–	3.268
Depreciações (*)	–	(922)
Saldo final 31/12/2019	25.103	63.832
(*) As propriedades para investimento são depreciadas à taxa de 1,43% ao ano, considerando uma estimativa de vida útil de 70 anos. A Administração da Companhia assessorada pela consultoria independente CBRE estimou que o valor justo dos imóveis em 2019 é de R\$178.700, apurado com base na metodologia preceituada pela NBR 14.653-1 a 4 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, os quais são utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises. A metodologia adotada consiste na análise das características físicas da propriedade e das diversas informações levantadas no mercado, que são devidamente tratadas a fim de determinar o valor do respectivo imóvel. Esse valor foi calculado utilizando-se uma taxa de capitalização ("cap rate") de 8,5% ao ano. A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual. As propriedades para investimentos referem-se a imóveis situados nas seguintes localidades:		
Imóvel	Localização	
CD 7457 Barueri	Estrada dos Alpes nº 320 – Jandira-SP	
CD 7472 Betim	Avenida Juiz Marco Túlio Isaca nº 7001 – Betim-MG	

Aliquota nominal	31/12/2019	31/12/2018	24/08 a 31/12/2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	6.160	1.529	–
Fator de presunção	32%	32%	–
Lucro presumido	1.971	489	–
Tributos sobre o lucro presumido	–	–	–
Imposto de renda	25%	493	122
Contribuição social	9%	177	44
Total (A)	670	166	166
Tributos correntes sobre outras receitas			
Base de cálculo	38	–	–
Imposto de renda	15%	6	–
Contribuição social	9%	3	–
Total (B)	9	–	–
Subtotal despesa de IRPJ e CSLL (A+B)	679	166	–
b) PIS e COFINS	31/12/2019	31/12/2018	24/08 a 31/12/2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	6.160	1.529	–
Aliquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%	–
Subtotal despesas de PIS e COFINS	225	56	–
Total de impostos e contribuições (a+b)	895	222	222
O imposto de renda e contribuição social diferidos e PIS e COFINS é relativo às receitas de aluguéis registrado conforme competência contábil e totaliza R\$1.117 em 31/12/2019 (R\$222 apresentado no passivo circulante e R\$895 no passivo não circulante) (R\$22 no passivo não circulante em			

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2019	31/12/2018	24/08 a 31/12/2018
Lucro líquido do exercício:		3.628	1.001	–
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:				
Depreciação	6	922	294	–
Impostos e contribuições	7	895	222	–
Ajuste a valor presente	5	696	–	–
Total		6.141	1.517	1.517
Variações nos ativos e passivos:				
Partes relacionadas		(6.169)	(1.521)	–
Impostos a recuperar		(6)	–	–
Impostos a pagar		9	–	–
Contas a pagar		–	2	–
Pagamento de IRPJ e contribuição social		(6)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(31)	(2)	(2)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital pelos acionistas	8.a	–	3.808	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		–	3.808	3.808
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Imposto de transferência de propriedade na aquisição	6	(3.268)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.268)	–	–
Aumento (redução) caixa/equivalentes de caixa		(3.299)	3.806	3.806
Saldo no início do período		3.806	–	–
Saldo no fim do período		507	3.806	–
Aumento (redução) caixa/equivalentes de caixa		(3.299)	3.806	3.806

31/12/2018). O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto pela Lei nº 12.973 de 2014 e Instrução normativa nº 1.700 de 2017 da Receita Federal. **8. Patrimônio líquido** – a) Capital Social: Em 31/12/2019 e 2018, o capital social integralizado é de R\$90.691 e está representado por 90.690.917 ações ordinárias. Este saldo é composto por R\$6.883 decorrentes da integralização de capital via recebimento de ativo, conforme descrito na nota explicativa nº 6, e R\$3.808 referente à aporte de capital. b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social ou facultado a constituição no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do art. 182, exceder a 30% do capital social. Em 31/12/2019 e 2018 o saldo dessa reserva é de R\$231 e R\$50, respectivamente. c) Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, 1% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. A Administração submeterá a destinação dos dividendos complementares propostos aos acionistas na próxima Assembleia Geral. Em 30/11/2019, os representantes da Companhia através da realização de assembleia geral ordinária, deliberou pela manutenção do lucro do exercício de 2018, após a destinação de reserva legal, no grupo de reserva de lucros, ficando expressamente dispensado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

Receita líquida	31/12/2019	31/12/2018	24/08 a 31/12/2018
Receita bruta de aluguel de imóveis	6.160	1.529	–
(-) Impostos e deduções sobre serviços (PIS/COFINS)	(225)	(56)	–
(-) Ajuste a valor presente	(964)	–	–
	4.971	1.473	–

SJC Bioenergia Ltda.

CNPJ/MF nº 10.249.419/0001-35

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais			
Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		884.781	548.336
Caixa e equivalentes de caixa	9	523.286	170.467
Contas a receber de clientes	10	49.484	32.882
Instrumentos financeiros derivativos	27	22.335	14.919
Estoques	11	80.513	77.995
Adiantamentos a fornecedores	14	21.067	58.321
Ativos biológicos	15	143.368	117.956
Impostos a recuperar	12	29.598	27.635
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	28.a	9.166	37.116
Outras contas a receber	13	5.200	11.045
Ativos mantidos para venda		764	-
Não circulante		2.132.747	1.757.424
Realizável a longo prazo		146.997	159.313
Adiantamentos a fornecedores	14	7.674	9.396
Impostos a recuperar	12	1.904	1.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.c	112.325	145.944
Instrumentos financeiros derivativos	27	23.140	660
Outras contas a receber	13	1.954	1.746
Direito de uso	16	383.850	-
Intangível	17	1.597.399	1.594.331
Imobilizável	18	4.501	3.780
Total do ativo		3.017.528	2.305.760

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
1 Contexto operacional – A SJC Bioenergia Ltda. ("Empresa") é um empreendimento controlado em conjunto pelas Empresas USJ – Açúcar e Alcool S.A. e Cargili Brasil Participações Ltda., e tem como atividades preponderantes a produção e o processamento de cana-de-açúcar, grãos e outros produtos agrícolas, destinados à produção de etanol, açúcar, cogeração de energia e coprodutos para nutrição animal. A Empresa possui sua matriz localizada à Rua Joaquim Floriano, nº 72 - 13ª andar, Conjunto 135 e 136, sala 7 – Itaim Bibi, na cidade e Estado de São Paulo, e duas unidades de produção localizadas no Estado de Goiás, Usina São Francisco, localizada no Município de Quirinópolis, em operação desde 2007 e Usina Rio Dourado, localizada no Município de Cachoeira Dourada, cuja operação iniciou em setembro de 2013. Anexa a unidade São Francisco, a Empresa conta com uma planta de Processamento de Grãos (UPG) em atividade desde fevereiro de 2016, que produz etanol e coprodutos destinados a suplementação animal, tendo o milho como matéria-prima principal. Como o período de processamento se estende pelo ano inteiro, a Empresa consegue otimizar os ativos daquela unidade e diluir seus custos fixos na entressafra da cana-de-açúcar. Aproximadamente 57% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias ou parcerias agrícolas e 43% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroenergético estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil e sofrem impacto das condições climáticas. O período anual de safra de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro. A Empresa mantém mecanismos de monitoramento e gestão de riscos através de reuniões periódicas permanentes, política de estratégia de hedge financeiro e de commodities, garantindo assim melhores margens. A Empresa está executando seu plano estratégico com investimentos na expansão e renovação dos seus canais, permanecendo entre os seus objetivos o aumento da produtividade agrícola, redução de custos decorrentes do melhor aproveitamento da escala de produção, otimização das estruturas operacionais através da sinergia entre as unidades, aumento da eficiência dos equipamentos agrícolas e industriais, monitoramento e gestão eficiente de indicadores de performance e orçamento e a implementação de melhorias com automação de processos. **Covid-19:** Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas: • Criação de Comitê de Gestão para monitorar constante e regularmente os pontos de situação, e atuar na proposição e coordenação de medidas tempestivas no sentido da proteção à saúde dos funcionários e demais envolvidos na operação, de modo, inclusive, minimizar e/ou antecipar possíveis impactos no negócio; • Adoção das recomendações do Ministério da Saúde quanto a redução do contato social, cancelando viagens nacionais e internacionais, adoção do trabalho remoto quando possível e aplicável às funções específicas, bem como adoção de reuniões remotas; • Renegociação dos contratos com os fornecedores da Empresa, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os produtos, considerando o cenário atual do surto; • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo, tais como suspensão de novas contratações e implementação de um programa de licença não remunerada; • Implementação de horário alternativos de início da jornada de trabalho, o transporte dos funcionários sendo realizado com 50% da capacidade, evitando aglomeração; e • Em pontos estratégicos foram disponibilizados álcool 70% para a higienização individual do funcionário, dedetização nos ônibus e nos prédios da Empresa, entre outros. Destacamos que a Empresa iniciou a Safra 2020/2021 com mais de R\$ 523 milhões em caixa, suficientes para liquidar toda a dívida financeira de curto prazo, bem como com um índice de liquidez corrente superior a 1 vez, com seu Ativo Circulante maior que seu Passivo Circulante em mais de R\$ 36 milhões. Nesse contexto, a Administração julga que apesar dos efeitos adversos da COVID-19 na economia mundial, as ações que vêm sendo adotadas complementadas por um rígido acompanhamento orçamentário são suficientes para garantir de forma sustentável a continuidade operacional da Empresa. Conforme nota 35 de eventos subsequentes, a Empresa continua monitorando a evolução dos resultados nos meses subsequentes a data dessas demonstrações financeiras, com intuito de verificar possíveis impactos futuros nas operações da Empresa decorrentes da pandemia. **2. Base de preparação – Declaração de conformidade – Com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10/06/2020. Após a sua emissão, somente os sócios quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa 7. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 06 – Arrendamentos foi aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamento** – As demonstrações financeiras, quando aplicáveis, incluem estimativas e pressupostos, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outros similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e pressupostos. Essas estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as pressupostos e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Empresa. As estimativas e pressupostos contábeis significativas estão mencionadas a seguir: **a. Incertezas sobre pressupostos e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a pressupostos e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no saldo de ativo e passivo no exercício a findar-se em 31/03/2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 7.h (iii)** – Vida útil do ativo imobilizado • **Nota Explicativa nº 15** – Ativos biológicos • **Nota Explicativa nº 25** – Provisão para processos judiciais • **Nota Explicativa nº 28** – Imposto de renda e contribuição social diferidos. **(i) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao gerente. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas à Administração. Ao mensurar o valor justo de

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva para investimentos	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º/04/2018		516.253	6.138	59.500	9.280	45.442	(23.790)	-	612.823
Ganhos com hedges de fluxo de caixa, líquido de impostos	27	-	-	-	-	-	24.748	-	24.748
Redução de capital social	26	(62.400)	-	-	-	-	-	-	(62.400)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	79.892	79.892
Destinações do lucro líquido									
Reserva legal	26	-	3.995	-	-	-	-	(3.995)	-
Reserva de incentivos fiscais	26	-	-	-	-	75.897	-	(75.897)	-
Saldos em 31/03/2019		453.853	10.133	59.500	9.280	121.339	958	958	655.063
Ganhos com hedges de fluxo de caixa, líquido de impostos	27	-	-	-	-	-	760	-	760
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	209.157	209.157
Destinações do lucro líquido									
Reserva legal	26	-	10.458	-	-	-	-	(10.458)	-
Reserva de incentivos fiscais	26	-	-	-	-	198.699	-	(198.699)	-
Saldos em 31/03/2020		453.853	20.591	59.500	9.280	320.038	1.718	-	864.980

Demonstrações de Resultados			Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	29	1.717.556	1.411.122	209.157	79.892
Variação no valor justo do ativo biológico	15	10.899	9.319	-	-
Custo dos produtos vendidos	30	(1.197.914)	(1.088.772)	-	-
Lucro bruto		530.541	331.669		
Despesas de vendas	30	(76.099)	(77.944)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	30	(2.384)	38	-	-
Despesas administrativas e gerais	30	(40.642)	(30.713)	-	-
Outras receitas operacionais	31	3.858	26.614	-	-
Outras despesas operacionais	31	(16.086)	(7.894)	-	-
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		399.188	241.770		
Receitas financeiras	32	225.858	144.010	-	-
Despesas financeiras	32	(368.162)	(314.248)	-	-
Finanças líquidas		(40.126)	(170.238)		
Resultado antes dos impostos		256.884	71.532		
Imposto de renda e contribuição social correntes	28.c	(14.498)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.c	(33.229)	8.360	-	-
Lucro líquido do exercício		209.157	79.892		

novos CPCs e ICPCs citadas anteriormente. 6. Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo. • Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são mensurados pelo valor justo. • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **7. Principais políticas contábeis** – A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional: (i) Venda de produtos:** A Empresa segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Empresa, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. **Vendas de açúcar no mercado externo:** As vendas de açúcar no mercado externo são realizadas utilizando a *incoterm* Free on Board (FOB), que é quando o vendedor tem a responsabilidade de entregar a mercadoria até o navio indicado pelo comprador, assumindo assim os riscos e custos até o navio. A receita proveniente desta venda é reconhecida pela Empresa no momento da entrega da mercadoria no navio indicado pelo comprador, que é o momento da transferência de propriedade. **Venda de etanol no mercado interno.** A Empresa realiza vendas de etanol no mercado interno utilizando a *incoterm* Ex Works (EXW), que é quando o comprador retira a mercadoria nas dependências do vendedor. Assim, o vendedor não assume os riscos e custos relativos ao transporte. O reconhecimento das receitas é realizado no momento da emissão da nota fiscal de venda que é o do carregamento e saída do caminhão nas dependências da Empresa, momento de transferência de propriedade para o comprador. **Venda de energia elétrica e outros:** A receita operacional da venda desses produtos é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, sendo reconhecida quando: (i) existir evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não houver envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo VJR. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Custos de empréstimos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, os ganhos nos instrumentos de *hedge* são reconhecidos no resultado; e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **c. Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão do item listado abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes: • **Proteção (hedge) de fluxos de caixa** que se qualifica e é efetiva. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda, e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real e da contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. Os impostos correntes ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro nem prejuízo tributável nem o contábil. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Demonstrações de Resultados Abrangentes			
	Nota	2020	2019
Lucro líquido do exercício		209.157	79.892
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		-	-
Hedge de fluxo de caixa – parcela efetiva das mudanças no valor justo, líquido de impostos	27	760	24.748
Resultado abrangente total		209.917	104.640

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	2020	2019
Lucro do exercício	209.157	79.892
Ajustes para:		
Amortização do direito de uso	93.714	-
Depreciação e amortização	180.726	168.374
Amortização de entressafra	101.446	109.618
Ativos biológicos colhidos	117.956	102.366
Variação no valor justo do ativo biológico	(10.899)	(9.319)
Ganhos e perdas não realizados com derivativos	(26.670)	(1.279)
Juros e variações cambiais não realizadas	176.261	144.995
Juros sobre passivos de arrendamento	31.018	-
Provisão reversão para perda nos estoques	1.542	(876)
Provisão para perdas esperadas de crédito	2.384	(38)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis	4.730	(1.491)
Custo residual de ativos imobilizados baixados	15.654	2.287
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.498	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.229	(8.360)
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(18.986)	38.945
Estoques	(4.060)	(13.868)
Impostos a recuperar	27.063	35.491
Adiantamentos a fornecedores	13.046	8.597
Outras contas a receber	4.873	(7.251)
Fornecedores e outras contas a pagar	9.058	(26.903)
Salários e férias a pagar	8.305	(3.467)
Impostos e contribuições a recolher	6.360	(2.757)
Adiantamentos de clientes	(1.916)	(18.227)
Juros pagos	(128.961)	(132.278)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.696)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	848.832	364.451
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(205.371)	(214.611)
Gastos com entressafra	(100.032)	(106.758)
Adições aos ativos biológicos	(132.469)	(108.637)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(437.872)	(430.006)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Financiamentos e empréstimos tomados	395.010	1.680.506
Financiamentos e empréstimos pagos	(379.317)	(1.586.334)
Amortização de arrendamento mercantil	(112.800)	-
Redução de capital social para distribuição de lucros	-	(62.400)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(97.107)	31.772
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	313.853	(33.783)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril	170.467	192.542
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa	38.966	11.708
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	523.286	170.467
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	313.853	(33.783)

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos diferidos ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **e. Incentivo fiscal – Subvenção Governamental:** A Empresa participa do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – Produzir, que concede subvenção para investimento através do financiamento de 73% do valor do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado no período, com base nas operações incentivadas. O prazo de quitação e/ou liquidação é de 12 (doze) meses e possui encargos de 0,2% a.m. Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado, a parcela reconhecida no resultado, a Empresa reclassifica entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos. **f. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques de produtos acabados e em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **g. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzido dos custos de venda, sendo quaisquer alterações reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado, cujo cálculo está demonstrado na Nota Explicativa nº 15. O período de colheita inicia-se no mês de abril de cada ano e termina, em geral, no mês de novembro do mesmo ano. Parte da produção do ativo biológico (1,14%) é produzida em terras próprias, as quais são contabilizadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Imobilizado. **h. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** A Empresa realiza as principais atividades de manutenção programadas em bens do ativo imobilizado em bases anuais. Isso ocorre entre os meses de dezembro a março, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Os principais custos de manutenção anual incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como componentes do ativo imobilizado e depreciados em função da expectativa de geração de benefícios, geralmente na safra seguinte. Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos, uma vez que os componentes substituídos não melhoram ou mantêm a capacidade de produção do bem ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos. A perda de capacidade eco-

Quadro resumido dos impactos na adoção inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos

	Divulgado em 31/03/2019	Ajuste inicial do CPC 06 (R2)	Saldo em 01/04/2019
Ativo Circulante	548.336	(27.527)	520.809
Adiantamentos a fornecedores	58.321	(27.527)	30.794
Outros ativos	490.015	-	490.015
Não circulante	1.757.424	351.212	2.108.635
Direitos de uso	-	351.212	351.212
Outros ativos	1.757.424	-	1.757.424
Total do ativo	2.305.760	323.684	2.629.444
Passivo Circulante	456.109	80.926	537.035
Parcerias agrícolas a pagar	-	62.905	62.905
Arrendamentos a pagar			

... continuação

nômica dos ativos de longo prazo é reconhecida quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa, e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis médias estimadas, para o exercício corrente, são as seguintes:

Classe de imobilizado	2020
Edifícios	36 anos
Máquinas e equipamentos industriais	23 anos
Máquinas e equipamentos agrícolas	10 anos
Veículos	10 anos
Móveis e utensílios	14 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Outras imobilizações	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **i. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis são os adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(j) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Classe de intangível	Vidas úteis
Softwares	5 a 10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contista a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contista a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, aos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contista a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – Instrumento de dívida; ao VJORA – Instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar, de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:** A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (é o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. • Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos. • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:	
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

SJC Bioenergia Ltda.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:	
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge.** A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. A Empresa designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de *hedge* designadas, a Empresa documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Empresa também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* se compensem mutuamente. **Hedges de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Empresa designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. **A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.** Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele seja incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A política aplicada às informações comparativas apresentadas para 2019 é similar àquela aplicada para 2020. No entanto, para todos os *hedges* de fluxos de caixa, incluindo *hedges* de transações que resultam no reconhecimento de itens não financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa foram reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetaram o resultado. Além disso, com relação a *hedges* de fluxo de caixa encerrados antes de 2019, *forward points* foram reconhecidos imediatamente no resultado. **(vi) Capital social:** As quotas da Empresa são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido no Contrato Social e, quando aplicável, são reconhecidos como passivo, depois das reservas obrigatórias. **k. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA • Ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • For pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas

pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias. • Reestruturação de um valor devido à Empresa em situações que não seriam aceitas em condições normais. • A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desapearimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao VJR eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: • Inadimplência ou atrasos do devedor. • Reestruturação de um valor devido à Empresa em situações que não seriam aceitas em condições normais. • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial. • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. • O desapearimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável incluía um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado	A Empresa considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor, com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.
Ativo financeiro disponível para venda	Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda eram reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada era a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida disponível para venda, para o qual havia sido reconhecida uma perda no valor recuperável, tivesse posteriormente apresentado aumento e, esse aumento estivesse objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda era revertida e o valor da reversão reconhecido no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não eram revertidas.

(ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **I. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Empresa possui os seguintes benefícios de curto prazo que são concedidos aos seus empregados atuais: • Seguro de vida, no qual é concedido aos funcionários um plano de seguro de vida em grupo, limitando a parte da Empresa a um teto fixo, sendo livre a opção do funcionário de aderir a um plano diferenciado, desde que o pagamento dos custos adicionais seja suportado pelo funcionário optante. • Auxílio odontológico o qual é concedido a todos os funcionários, sendo a opção de adesão facultativa pelo funcionário. O reembolso é de 100% dos custos incorridos através de concessão de convênio odontológico. • Assistência médica na qual é oferecida a concessão de convênio médico, com reembolso de 46% dos custos da mensalidade pela Empresa a todos os funcionários, sendo a opção de adesão obrigatória para os novos contratados. Para os níveis gerenciais, é facultada a opção de seguro saúde com reembolso de 78% dos custos. **M. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesas no exercício em que estes são incorridos. A Empresa capitaliza custos de empréstimos para ativos qualificáveis. **N. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de

mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **O. Arrendamentos:** A Empresa aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram representadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente. **Políticas contábeis aplicáveis a partir de 01/01/2019 (no caso da Empresa em 01/04/2019):** No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 01/04/2019. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento, ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; - pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e - o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial. Arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **Políticas contábeis aplicáveis antes de 01/01/2019 (no caso da Empresa em 01/04/2019):** Para contratos celebrados antes de 01/04/2019, a Empresa determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se: - o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e - o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido: - o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo; - o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou - fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção. **(i) Como arrendatário:** No período comparativo, como arrendatário, a Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas –** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – (“CPC”), mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31/03/2020. A adoção antecipada de normas, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – (“CPC”). - Alterações nas referências à estrutura conceitual - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. Não há outras normas, além das citadas acima, que ainda não entraram em vigor e que conforme entendimento atual da Administração, poderiam trazer impactos relevantes para a Empresa.

9. Caixa e equivalentes de caixa	2020	2019
Caixa e bancos	158.915	78.775
Aplicações financeiras	364.371	91.692
	523.286	170.467

Percentual de remuneração à taxa CDI	2020	2019
0% a 10,0%	1.259	2.403
40,1% a 50,0%	-	12.292
60,1% a 70,0%	28.918	3.902
70,1% a 80,0%	15.146	-
80,1% a 100,0%	91.792	23.954
100,1% a 110,0%	227.256	49.140
	364.371	91.692

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para os ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27.

10. Contas a receber de clientes	2020	2019
Clientes mercado interno	36.235	21.123
Clientes mercado externo	3.810	5.648
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(2.625)	(241)
Total mercado interno e externo	37.420	26.530
Clientes – Partes relacionadas (Nota 34)	12.064	6.352
	49.484	32.882

continua ...

... continuação

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Idade da carteira	2020	2019
A vencer	36.820	21.622
Vencidos:		
Até 30 dias	5.281	6.972
De 31 a 60 dias	3.093	18
De 61 a 90 dias	1.094	-
De 91 a 120 dias	111	5
De 121 a 150 dias	85	1.027
De 151 a 180 dias	20	498
Acima de 180 dias	2.980	2.740
	49.484	32.882

O saldo de contas a receber vencido a mais de 180 dias refere-se, basicamente, a liquidações financeiras pendentes na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com baixo risco de não realização, tendo em vista os esforços desta na redução dos níveis de inadimplência entre os operadores do mercado de energia, razão pela qual nenhuma provisão para perdas foi constituída. A exposição da Empresa a riscos de crédito, moeda e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 27. A Empresa revisa periodicamente os títulos vencidos e constitui provisão para perdas esperadas de créditos com base em análise individual do cliente. As movimentações da provisão para perdas esperadas de créditos são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(241)	(279)
Perda estimada	(2.384)	-
Reversão	-	38
Saldo no final do exercício	(2.625)	(241)

11. Estoques

	2020	2019
Produtos acabados		
Etanol	22.959	18.481
Açúcar	1.671	1.700
Outros	1.850	3.315
Matéria-prima		
Grãos (Milho e Sorgo)	20.353	25.160
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	21.223	18.296
Insumos e materiais diversos	16.226	13.270
Provisão para perdas no estoque (i)	(3.769)	(2.227)
	80.513	77.995

(i) A Empresa reconheceu uma provisão para perdas no valor de R\$ 3.769 em 2020 (R\$ 2.227 em 2019), decorrente de perdas de açúcar no processo de exportação e obsolescência de materiais de manutenção com baixa ou sem movimentação.

Provisão para perdas nos estoques

	2020	2019
Saldo no início do exercício	(2.227)	(3.103)
Adição	(1.542)	-
Reversão	-	876
Saldo no final do exercício	(3.769)	(2.227)

12. Impostos a recuperar

	2020	2019
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (i)	25.684	16.276
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (ii)	-	4.524
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.968	3.900
Programa de Integração Social (PIS) (iii)	-	2.963
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.125	792
Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra)	825	498
Outros impostos e contribuições a recuperar	834	236
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	66	13
	31.502	29.202

Total classificado no ativo circulante (29.598) (27.635)

Total classificado no ativo não circulante (iii) 1.904 1.567

(i) O aumento no saldo deu-se principalmente pela mudança do mix de produção na Safra 2019/2020, a qual favoreceu a fabricação de Etanol Anidro que, diferentemente do Etanol Hidratado, é beneficiado por crédito presumido de ICMS. (ii) A redução dos impostos a recuperar deriva principalmente pelo incremento das vendas de Etanol, consumindo mais saldos a compensar associados à redução da alíquota do Reintegra, o que gerou um menor importe de créditos; (iii) O valor classificado no ativo não circulante refere-se a créditos de ICMS tomados sobre a compra de ativo fixo (CIAP), os quais se tornam disponíveis no decorrer de um período de 48 meses.

13. Outras contas a receber

	2020	2019
Depósitos judiciais	1.778	1.731
Adiantamentos a funcionários	1.422	1.115
Despesas antecipadas e outras contas a receber (i)	3.954	9.945
	7.154	12.791
Total classificado no ativo circulante	(5.200)	(11.045)
Total classificado no ativo não circulante (ii)	1.954	1.746

(i) Refere-se principalmente à comercialização da produção própria de soja ocorrida em 2019. O plantio de soja é, eventualmente, utilizado como método para renovação do solo. (ii) Valor classificado no ativo não circulante em 31/03/2020, sendo R\$ 1.778 depósito judiciais (R\$ 1.731 em 2019) e R\$ 176 seguros a apropriar (R\$ 14 em 2019).

14. Adiantamento a fornecedores

	2020	2019
Adiantamento a fornecedores e parceiros agrícolas	-	40.408
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar (i)	23.811	23.726
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	2.925	-
Adiantamento a fornecedores de manutenção industrial	1.252	1.101
Adiantamento a prestadores de serviços de transportes	753	2.482
	28.741	67.717

Total classificado no ativo circulante (21.067) (58.321)

Total classificado no ativo não circulante 7.674 9.396

(i) Os valores referentes aos adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar apresentados no não circulante serão realizados com a entrega de cana-de-açúcar, devidamente atualizados, de acordo com os prazos a seguir:

Safra

	2020	2019
2019/2020	-	2.475
2020/2021	3.297	2.367
2021/2022	1.499	1.680
2022/2023	1.186	1.154
2023/2024	870	872
2024/2025	561	569
2025/2026	261	279
Total	7.674	9.396

A Administração avaliou possíveis provisões de crédito para perdas esperadas relacionadas aos adiantamentos realizados e não identificou nenhuma evidência de que os saldos não irão se realizar. Essa avaliação foi realizada com base nas perdas históricas e situação econômica dos fornecedores.

15. Ativo biológico – A Empresa adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, em que o seu ativo biológico representado por cana-de-açúcar passou a ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada exercício de competência. Aplicado somente para a atividade agrícola – Cultivo de cana-de-açúcar. A movimentação do exercício é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldos iniciais	117.956	102.366
Adições com tratamentos culturais na lavoura de cana	132.469	108.637
Diminuição devido à utilização do ativo biológico	(117.956)	(102.366)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	10.899	9.319
Saldos finais	143.368	117.956

O cálculo do valor justo foi efetuado pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes à cana-de-açúcar em pé. A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se: • O preço estimado do ATR fosse maior (menor); • A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e • A taxa de desconto fosse menor (maior). As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Empresa, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Empresa estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. **Lavouras de cana-de-açúcar:** O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou deztois meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safra). As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo: O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: • Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas e de concentração de açúcar – ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e

SJC Bioenergia Ltda.

• Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratamentos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que essas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2020	2019
Área estimada de colheita (hectares) (i)	64.157	62.737
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	79,62	78,63
Quantidade total de açúcar recuperável – ATR (kg)	131,30	133,29
Valor do Kg de ATR	0,6927	0,6207
Taxa de desconto WACC	3,82%	5,03%

(i) Total de 64.157 hectares, 3.034 serão utilizados como muda para plantio safra 21/22. A Empresa revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente. Com base na estimativa de receitas e custos, a Empresa determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica "Ativos biológicos" no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica "Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo", no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados. A Empresa está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações: **Riscos regulatórios**

17. Imobilizado – a. Movimentação do custo

	Edifícios	Terrenos	Máquinas e equipamentos industriais	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática
Saldo em 31/03/2018	287.116	41.201	1.141.127	65.308	62.710	36.256	3.899
Adições	194	-	2.687	30	11	196	-
Baixas	-	-	(160)	(2.830)	(1.741)	(183)	(2)
Transferências (Nota Explicativa nº 18)	3.545	-	40.078	2.055	12.708	6.931	487
Saldo em 31/03/2019	290.855	41.201	1.183.732	64.563	73.688	43.200	4.384
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(1)	(18.497)	(3.775)	(38)	-
Transferências (Nota Explicativa nº 18)	6.949	-	53.479	16.562	8.028	6.226	563
Saldo em 31/03/2020	297.804	41.201	1.237.210	62.628	77.941	49.388	4.947

b. Movimentação da depreciação

	Edifícios	Terrenos	Máquinas e equipamentos industriais	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática
Saldo em 31/03/2018	(54.102)	-	(381.528)	(31.454)	(35.070)	(21.931)	(3.266)
Depreciação do exercício	(9.106)	-	(51.954)	(5.590)	(6.435)	(3.217)	(306)
Baixas	-	-	32	2.364	987	125	-
Transferência	-	-	(5)	136	-	(128)	(3)
Saldo em 31/03/2019	(63.208)	-	(433.455)	(34.544)	(40.518)	(25.151)	(3.575)
Depreciação do exercício	(9.448)	-	(53.955)	(6.771)	(7.749)	(3.208)	(343)
Baixas	-	-	1	9.314	3.354	159	-
Transferência	12	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2020	(72.644)	-	(487.409)	(32.001)	(44.913)	(28.200)	(3.918)

Valor líquido contábil em 31 de março de 2019 227.647 41.201 750.277 30.019 33.170 18.049 809

Valor líquido contábil em 31 de março de 2020 225.160 41.201 749.801 30.627 33.028 21.188 1.029

c. Garantias: A Empresa concedeu em garantia bens do ativo imobilizado para as operações financeiras diversas. Os bens dados em garantia compreendem substancialmente os grupos de edifícios, máquinas e equipamentos, máquinas e equipamentos agrícolas, terrenos e propriedades, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade do financiamento	Garantia	Valor da operação
Cédula de Produtor Rural	Alienação Fiduciária	9.552
Moderfrota	Alienação fiduciária	20.516
Modermaq	Alienação fiduciária	8.654

	Hipoteca 1º grau – USF	Valor da operação
Cédula de Crédito à Exportação/ Crédito à Exportação	863.529	-
Cédula de Crédito à Exportação/ Cédula de Produtor Rural/Nota de Crédito à Exportação	-	500.432
Finem Indireto	-	58.734
Total (Nota 20)		1.461.417

18. Intangível

a) Movimentação do custo

	Softwares	Direito de uso de softwares	Total
Saldo em 31/03/2018	7.692	710	8.402
Baixa	(368)	-	(368)
Transferência (Nota 17)	1.008	-	1.008
Saldo em 31/03/2019	8.332	710	9.042
Transferência (Nota 17)	2.217	-	2.217
Saldo em 31/03/2020	10.549	710	11.259

b) Movimentação de amortização

	2020	2019
Saldo em 31/03/2018	(3.941)	-
Amortização do exercício	(1.383)	-
Baixa	61	-
Saldo em 31/03/2019	(5.262)	-
Amortização do exercício	(1.496)	-
Baixa	-	-
Saldo em 31/03/2020	(6.758)	-

19. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de materiais e insumos	30.248	31.493
Fornecedores de bens e serviços	16.421	17.498
Fornecedores de cana-de-açúcar (i)	27.737	16.140
Fornecedores – Partes relacionadas		
– Cargill Agrícola S.A. (Nota 34)	871	1.055
Fornecedores – Partes relacionadas		
– USJ – Açúcar e Alcool S.A. (Nota 34)	192	17
Outros	3.294	3.534
Mercado externo	78.763	69.737
Mercado interno	78.143	67.041
Mercado externo (Nota 27)	620	2.896
	78.763	69.737

Total classificado no passivo circulante (74.595) (64.512)

Total classificado no passivo não circulante 4.168 5.225

A exposição da Empresa a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 27. **20. Financiamentos e empréstimos** – Esta nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Empresa. A Nota Explicativa nº 27 divulga informações adicionais com relação à exposição da Empresa aos riscos de taxa de juros e moeda.

Empréstimos e financiamentos bancários e notas promissórias rurais

Categoria	Taxa de juros médios	2020	2019
Moeda nacional:			
FINEM (Direto e Indireto)	Juros pré-fixados de 6,60% a.a. e outras operações com recursos do BNDES	29.169	24.676
Finop (c)	Juros prefixados de 5,00% a.a. mais URJT	58.734	72.320
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)	Juros prefixados de 4,12% a.a.	-	13.266
Cédula de Crédito à Exportação/Nota de Crédito à Exportação	Juros pré-fixados de 2,73% a.a. + CDI	738.335	644.845
Cédula de Crédito Bancário	Juros pré-fixados de 1,80% a.a. + CDI	23.723	-
Cédula de Produtor Rural (CPR)	Juros pré-fixados de 2,70% + CDI	495.121	427.537
Total de moeda nacional		1.345.082	1.182.644

Moeda estrangeira:

	Taxa de juros médios	2020	2019
Cédula de Crédito à Exportação/Nota de Crédito à Exportação (a)	Juros pré-fixados de 3,65% a.a. + Variação Cambial	116.335	-
Total de moeda estrangeira		116.335	-

Total classificado no passivo circulante (446.725) (118.363)

Total classificado no passivo não circulante 1.014.692 1.064.281

(a) Referem-se a operações contratadas em dólar sujeitas a variação cambial, convertidas através de instrumentos de swap a taxa média pré-fixada de 1,97% a.a. + CDI

e ambientais: A Empresa está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Empresa estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. **Riscos de oferta e demanda:** A Empresa está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Empresa faz a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. **Riscos climáticos e outras:** As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Empresa tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar. A produção de açúcar depende do volume e teor de sacarose contida na cana-de-açúcar cultivada ou adquirida de agricultores. O rendimento da safra e o teor de sacarose da matéria-prima cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas favoráveis a essa cultura, tais como índice de chuvas e de temperatura, que podem variar.

... continuação

SJC Bioenergia Ltda.

27. Instrumentos financeiros – Classificação contábil e valores justos: As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

2020	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	364.371	–	–	364.371	–	364.371	–	364.371
Instrumentos financeiros derivativos	45.475	–	–	45.475	–	45.475	–	45.475
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	–	158.915	–	158.915	–	–	–	158.915
Contas a receber	–	49.484	–	49.484	–	–	–	49.484
Outras contas a receber	–	7.154	–	7.154	–	–	–	7.154
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	(4.627)	–	–	(4.627)	–	(4.627)	–	(4.627)
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores	–	–	(78.763)	(78.763)	–	–	–	(78.763)
Financiamentos e empréstimos	–	–	(1.461.417)	(1.461.417)	–	–	–	(1.461.417)
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	(167.862)	(167.862)	–	–	–	(167.862)
Passivo de arrendamento	–	–	(366.063)	(366.063)	–	–	–	(366.063)
Outras contas a pagar	–	–	(152)	(152)	–	–	–	(152)

2019	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	91.692	–	–	91.692	–	91.692	–	91.692
Instrumentos financeiros derivativos	15.579	–	–	15.579	–	15.579	–	15.579
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	–	78.775	–	78.775	–	–	–	78.775
Contas a receber	–	32.882	–	32.882	–	–	–	32.882
Outras contas a receber	–	12.791	–	12.791	–	–	–	12.791
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos financeiros derivativos	(2.553)	–	–	(2.553)	–	(2.553)	–	(2.553)
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores	–	–	(69.737)	(69.737)	–	–	–	(69.737)
Financiamentos e empréstimos	–	–	(1.182.644)	(1.182.644)	–	–	–	(1.182.644)
Empréstimos com partes relacionadas	–	–	(344.676)	(344.676)	–	–	–	(344.676)
Outras contas a pagar	–	–	(123)	(123)	–	–	–	(123)

Durante o exercício, não houve nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

Gerenciamento de risco financeiro. Visão geral: Os principais fatores de risco que a Empresa está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Empresa. Visando à mitigação desses fatores de riscos, a Empresa instituiu um Comitê de Gestão de Riscos, que é um grupo multidisciplinar e multidepartamental que tem as seguintes funções e responsabilidades: • Definir estratégias de proteção com metas claras e mensuráveis, bem como os limites de risco de acordo com os cenários e as condições financeiras da Empresa. • Avaliar periodicamente a efetividade de todas as operações e promover alterações quando necessário. • Orientar, medir, e cobrar a implementação de suas deliberações por parte dos operadores, estritamente dentro dos limites por eles estabelecidos. • Analisar periodicamente os impactos dos resultados do negócio, especialmente no que corresponde ao movimento de Dólares americanos, açúcar e demais commodities. • Reportar-se à Gerência sempre que convocado, prestando conta do racional das estratégias adotadas, que devem obrigatoriamente estar em linha com o objetivo definido neste estatuto. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Empresa utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites. A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Alta Administração, e essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; e • Risco de estrutura de capital. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **Estrutura de gerenciamento de risco: Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Empresa de clientes, em aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos realizados com as instituições financeiras. A Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. Esta trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos, de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **Risco de mercado:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Empresa para a contratação de instrumentos financeiros. A Empresa avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de oscilação dos preços de produtos, mercadorias e insumos:** Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Empresa. Para mitigar esses riscos, a Empresa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços e, quando considera necessário, contrata instrumentos de proteção negociados nas bolsas de valores nacionais e internacionais. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e ainda evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **Instrumentos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, conforme quadros: **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco que a Empresa pode incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. O valor contábil dos ativos financeiros na tabela abaixo representa a exposição máxima do crédito em 31/03/2020 e 2019.

Ativos	Nota	Valor contábil	
		2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	9	523.286	170.467
Contas a receber	10	49.484	32.882
Outras contas a receber	13	7.154	12.791
Instrumentos financeiros derivativos	27	45.475	15.579

Contas a receber e outras contas a receber: A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. A Empresa registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a "Contas a receber de clientes" (Nota Explicativa nº 10). A administração dos valores em atraso há mais de 30 dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises se baseiam em um histórico de comportamento de pagamento e em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Empresa detinha "Caixa e equivalentes de caixa" de R\$ 523.286 em 31/03/2020 (R\$ 170.467 em 31/03/2019). "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de liquidez:** A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Passivos	Nota	Fluxo de caixa contra-				
		Valor contábil	1 ano	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	19	78.763	78.763	74.595	4.168	–
Financiamentos e empréstimos	20	1.461.417	1.615.321	510.521	564.659	540.141
Outras contas a pagar	–	152	152	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	27	4.627	4,627	–	–	–

Passivos	Nota	Fluxo de caixa				
		Valor contábil	1 ano	1 – 2 anos	2 – 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	19	69.737	69.737	64.512	5.225	–
Financiamentos e empréstimos	20	1.182.644	1.463.831	197.365	417.627	840.558
Outras contas a pagar	–	123	123	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	27	2.553	2.553	1.814	275	464

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Risco cambial:** A exposição líquida em moeda estrangeira (dólar) está demonstrada no quadro a seguir, pelos montantes de principal (nacional em R\$ mil):

Ativos	Nota	Fluxo de caixa	
		2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	9	152.257	77.825
Contas a receber	10	15.813	5.648
Empréstimos com partes relacionadas	23	(167.862)	(344.676)
Empréstimos e financiamentos	20	(116.335)	–
Derivativos (NDF) – Vendido	27	(24.339)	(4.465)
Derivativos (NDF) – Comprado	27	–	266.686

Ativos	Nota	Fluxo de caixa	
		2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	9	152.257	77.825
Contas a receber	10	15.813	5.648
Empréstimos com partes relacionadas	23	(167.862)	(344.676)
Empréstimos e financiamentos	20	(116.335)	–
Derivativos (NDF) – Vendido	27	(24.339)	(4.465)
Derivativos (NDF) – Comprado	27	–	266.686

Nota 19: Swap – Dólar vendido

Ativos	Valor referência	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo
Swap – USD	116.335	–	68.433	47.902	30.670
	116.335	–	68.433	47.902	30.670

Nota 20: Exposição cambial líquida

Passivos	Valor referência	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo
Dólar vendido	(24.339)	(24.339)	–	–	(4.459)
	(24.339)	(24.339)	–	–	(4.459)
	91.996	(24.339)	68.433	47.902	26.211

Nota 21: Taxa do Dólar em 31/03/2020

Ativos	Valor referência	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo
Dólar comprado	204.339	39.415	164.924	–	12.491
	204.339	39.415	164.924	–	12.491

Passivos

Passivos	Valor referência	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo
Dólar comprado	62.347	62.347	–	–	(1.316)
	4.465	4.465	–	–	(325)
Dólar vendido	66.813	66.813	–	–	(1.641)
	137.526	(27.398)	164.924	–	10.850

Análise de sensibilidade: O cenário provável adotado pela Administração reflete as projeções de mercado para a variação cambial do Dólar esperada para o próximo exercício. Para os cenários de sensibilidade, foi considerada a deterioração e a apreciação das taxas de câmbio em 25% e 50% sobre a taxa utilizada para o cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados os cenários propostos:

Taxa do Dólar em 31/03/2020	Nota	Exposição	Cenário			
			provável	-25%	-50%	25%
Instrumentos financeiros não derivativos	5,1987	5,4400	3,8990	2,5994	6,4984	7,7981

Instrumentos financeiros não derivativos

Ativos	Nota	Exposição	Cenário				
			provável	-25%	-50%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	9	152.257	7.067	(38.064)	(76.129)	38.064	76.129
Contas a receber	10	15.813	734	(3.953)	(7.906)	3.953	7.906
Empréstimos e financiamentos	20	(116.335)	(5.400)	29.084	58.168	(29.084)	(58.168)
Empréstimos com partes relacionadas	23	(167.862)	(7.791)	41.965	83.931	(41.965)	(83.931)
Fornecedores	19	(620)	(29)	155	310	(155)	(310)

Instrumentos financeiros derivativos

Passivos	Nota	Exposição	Cenário				
			provável	-25%	-50%	25%	50%
NDF posição vendida	–	–	–	–	–	–	–
Swap	–	–	–	–	–	–	–
Exposição líquida	–	–	–	–	–	–	–

Taxa do Dólar em 31/03/2019

Ativos	Nota	Exposição	Cenário			
			provável	-25%	-50%	25%
Instrumentos financeiros não derivativos	3,8967	3,7000	2,9225	1,9484	4,8709	5,8451

Instrumentos financeiros não derivativos

Ativos	Nota	Exposição	Cenário				
			provável	-25%	-50%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	9	152.257	7.067	(38.064)	(76.129)	38.064	76.129
Contas a receber	10	15.813	734	(3.953)	(7.906)	3.953	7.906
Empréstimos e financiamentos	20	(116.335)	(5.400)	29.084	58.168	(29.084)	(58.168)
Empréstimos com partes relacionadas	23	(167.862)	(7.791)	41.965	83.931	(41.965)	(83.931)
Fornecedores	19	(620)	(29)	155	310	(155)	(310)

Instrumentos financeiros derivativos

Passivos	Nota	Exposição	Cenário				
			provável	-25%	-50%	25%	50%
NDF posição comprada	–	–	–	–	–	–	–
NDF posição vendida	–	–	–	–	–	–	–
Exposição líquida	–	–	–	–	–	–	–

Hedge accounting – Cash flow hedge: A Empresa designa certos instrumentos financeiros como instrumentos de proteção para se proteger da volatilidade dos fluxos de caixa decorrente das flutuações do Dólar norte-americano de suas exportações de açúcar VHP e para passivos financeiros, tais como: Financiamentos e empréstimos. Assim como as flutuações de taxas pós-fixadas provenientes de seus passivos financeiros. Segue a relação dos instrumentos de proteção designados pela Empresa em 31/03/2020 e 2019:

Hedge fluxo de caixa	Objeto de hedge	Moeda	Cenário			
			provável	-25%	-50%	25%
Hedge commodities	Pré-pagamento de exportação	USD	504	504	(1.718)	15/06/2021
			–	–	(1.718)	–

Hedge fluxo de caixa

Hedge swap	Objeto de hedge	Moeda	Cenário			
			provável	-25%	-50%	25%
Hedge NDF	Cédula de Produtor Rural	BRL	120.000	120.000	(776)	01/03/2024
			–	–	–	–

Hedge commodities

Hedge NDF	Objeto de hedge	Moeda	Cenário			
			provável	-25%	-50%	25%
Hedge commodities	Pré-pagamento de exportação	USD	68.090	68.090	(231)	22/10/2019
			–	–	–	–

A Empresa optou por mensurar a efetividade do hedge prospectiva utilizando o método *critical terms match*. Na data da designação e ao final de cada mês, o teste é considerado efetivo se: • As moedas contratadas para os instrumentos de hedge forem iguais às moedas do item objeto de hedge. • Os montantes designados no item objeto de hedge forem iguais ou superiores ao valor *nacional* do instrumento de hedge. • As datas determinadas ou previstas de realização do item objeto de hedge forem iguais às datas de liquidação do instrumento de hedge. A Empresa optou por mensurar a efetividade do hedge retrospectiva utilizando o método *dollar offset spot-to-forward* que consiste na comparação da variação cambial incorrida desde a data da designação da relação de hedge até a data da realização do teste entre o item objeto e instrumento de hedge. Para ser considerado efetivo, o resultado da correlação deve estar entre 80% e 125%. Caso a correlação exceda esse parâmetro, a relação de hedge é descontinuada. Todas as transações previstas foram consideradas como altamente prováveis de realização. **Risco de preço de commodities agrícolas:** Na data das demonstrações financeiras, a composição dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de risco do preço de commodities agrícolas e as respectivas maturidades contratuais.

Ativos	Valor referência	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo
Posições de futuros (etanol)	37.045	6.782	30.262	–	8.401

Ativos

Ativos	Valor referência	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo
Posições de futuros (etanol)	26.228	9.390	16.838	–	(176)

Os depósitos efetuados com as bolsas (BM&F Bovespa e Nybot) por inter

... continuação

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. A conciliação do imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido no resultado pode ser demonstrada por:

	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	256.884	71.532
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(87.341)	(24.321)
Subvenção de investimentos – Produzir Royalties	43.189	35.889
Royalties	(3.236)	(2.313)
Outras adições e exclusões permanentes	(339)	(895)

Imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido

Alíquota fiscal efetiva	(47.727)	8.360
	-19%	12%

29. Receita operacional líquida – a. Fluxos da receita: A Empresa gera receita principalmente pela venda de etanol, açúcar VHP, energia elétrica e coprodutos para nutrição animal advindos do esmagamento de grãos entre outros. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	2020	2019
Receita bruta de produtos	1.920.377	1.574.096
(-) Impostos sobre vendas	(202.821)	(162.638)
Receita operacional líquida	1.717.556	1.411.122

b. Desagregação da receita de contratos com clientes: Na tabela a seguir, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	2020	2019
Receita operacional bruta	2020	2019
Açúcar (i)	336.252	318.961
Etanol (i)	1.345.881	1.073.092
Energia (ii)	132.682	105.070
Cana-de-açúcar	8.536	2.299
Outras vendas (ii)	15.460	7.033
Subprodutos (iii)	71.253	51.434
Serviços prestados	10.313	16.208
Receita bruta de produtos	1.920.377	1.574.096
(-) Impostos sobre vendas	(329.311)	(283.217)
(+) Benefício Produzir (Nota 26.e)	88.063	89.398
(+) Crédito outorgado sobre etanol anidro (Nota 26.e)	38.962	31.181
(-) Impostos sobre serviços prestados	(535)	(336)
Receita operacional líquida	1.717.556	1.411.122

(i) O aumento na receita bruta de açúcar deveu-se ao menor volume comercializado (293,8 mil toneladas em 2020, contra 316,5 mil toneladas em 2019) e maior preço (R\$ 1.130 em 2020 e R\$ 1.007/t em 2019). No etanol também maior volume de vendas (604 mil m³ em 2020 contra 529 mil m³ em 2019) e melhor preço (R\$ 2.221 em 2020 e R\$ 2.029 em 2019). Energia maior volume comercializado (458 mil Mwh em 2020 contra 390 mil Mwh em 2019) e maior preço (R\$ 290 em 2020 e R\$ 270 em 2019). (ii) Referem-se principalmente a operações de buy/sell as quais compreenderam a compra e revenda de soja no valor de R\$ 15.460 em 31/03/2020 (R\$ 7.033 em 2019). As transações foram efetuadas para liquidação de operações de pré-pagamento de exportação relacionadas a Safra 2018/2019. (iii) O incremento deveu-se principalmente ao aumento nas vendas dos coprodutos (FlexyPro, FlexyDDG e Olieo), resultantes de incremento no processamento de milho na UPG. **30. Gastos operacionais por natureza**

	2020	2019
Custos dos produtos vendidos por natureza	2020	2019
Matéria-prima	(672.458)	(603.507)
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	(357.093)	(355.667)
Despesas com pessoal	(38.404)	(42.187)
Serviços prestados, subprodutos e outros	(35.942)	(25.124)
Revenda de produtos	(24.877)	(8.030)
Insumos utilizados na produção	(24.254)	(21.366)
Peças e serviços de manutenção	(19.102)	(15.329)
Combustíveis, lubrificantes e energia elétrica	(11.981)	(9.157)
Quebras, perdas e ajustes de inventário	(4.507)	(1.310)
Outros	(9.296)	(7.095)
	(1.197.914)	(1.088.772)

Aos administradores e quotistas da SJC Bioenergia Ltda. – São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SJC Bioenergia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31/03/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SJC Bioenergia Ltda. em 31/03/2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor independente em relação às demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

SJC Bioenergia Ltda.

	2020	2019
Despesas operacionais	2020	2019
Fretes, transportes e armazenagem	(66.777)	(68.319)
Despesa com pessoal	(25.761)	(18.448)
Despesas comerciais, exceto fretes, transportes e armazenagem	(13.460)	(9.603)
Serviços de terceiros	(8.473)	(4.549)
Depreciação e amortização	(1.500)	(1.350)
Despesas de uso e consumo	(984)	(998)
Auditoria, consultoria e assessoria	(730)	(1.416)
Impostos e taxas	(589)	(2.387)
Outros	(851)	(1.549)
	(119.125)	(108.619)

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função

Despesas com vendas	(76.099)	(77.944)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.384)	38
Administrativas e gerais	(40.642)	(30.713)

31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2020	2019
Indenizações de seguros	400	3.664
Outras receitas operacionais (i)	3.458	22.950
Total de outras receitas operacionais	3.858	26.614
Resultado líquido das vendas do imobilizado	(5.873)	(627)
Impostos sobre outras receitas	(594)	(254)
Outras despesas operacionais	(9.619)	(7.013)
Total de outras despesas operacionais	(16.086)	(7.894)
	(12.228)	18.720

(i) Em 2019, foi reconhecida receita referente a crédito extemporâneo de tributos decorrentes da atividade da Empresa.

32. Financeiras líquidas

	2020	2019
Receitas financeiras	2020	2019
Variação cambial sobre contas a receber	124.099	51.200
Receitas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 27)	63.764	44.010
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	1.525	27.750
Juros capitalizados sobre imobilizado em andamento e ativo biológico	5.013	8.850
Juros aplicações financeiras	12.774	7.917
Receitas com mercado futuro de Etanol	14.858	–
Juros demais operações e descontos financeiros	3.825	4.283
	225.858	144.010

Despesas financeiras

Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(133.031)	(137.846)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	(83.675)	(128.888)
Variação cambial sobre empréstimos com partes relacionadas	(85.837)	(35.364)
Encargos financeiros arrendamentos e parcerias (Nota 24)	(31.018)	–
Outras	(3.328)	(4.219)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 27)	(28.758)	(4.145)
Juros tributários – Parcelamento e contingências	(2.379)	(2.531)
Variação monetária passiva	(136)	(1.255)
	(368.162)	(314.248)

33. Compromissos futuros – Compra de milho em grãos: A Empresa possui compromissos de compra de milho em grãos com terceiros para garantir parte de sua produção para o próximo período de colheita.

	Tonelada de milho	Valores em R\$
2020	220.000	129.000
Compra de cana-de-açúcar: A Empresa possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Empresa é determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de		

pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA/SP. Os volumes (kt) relacionados aos compromissos de compra por safra são os seguintes:

	2020	2019
Período	2020	2019
2020	–	2.938
2021	2.882	3.459
2022	2.578	2.139
2023	2.432	1.667
2024	1.966	1.403
2025	1.482	940
2026 em diante	2.935	868
Volume contratado em milhares de toneladas	14.275	13.414
Kg por ATR estimado	131,30	133,29
Consecana estimada	0,6927	0,6207
Valor nominal estimado (data-base)	1.298.372	1.109.707

Entrega de açúcar: A Empresa tem compromisso de entrega futura de açúcar referente a contratos já compromissados, que serão entregues conforme as seguintes safras:

	Toneladas de açúcar	Valores em R\$
Safra	230.000	257.182
20/21	110.000	144.577
21/22	340.000	401.759

Fornecimento de energia elétrica: A Empresa possui contratos para futuros fornecimentos de energia que serão corrigidos pelo IGP-M, dados como garantia de contratos de financiamento de longo prazo (Nota Explicativa nº 20), conforme tabela abaixo:

	Volume contratado (MWh)	Preço (R\$/MWh)	Vencimento do contrato
1º LEN	157.680	255	12/2022
2º LEN	385.440	265	12/2023
3º LEN	788.400	218	01/2028
1º LER	919.800	279	01/2025

Os recebíveis correspondentes aos contratos de energia acima mencionados foram concedidos em garantia das operações de Cédula de Crédito à Exportação/Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Produtor Rural (CPR) detalhadas na Nota Explicativa nº 20. **34. Transações com partes relacionadas – a. Controladores:** O controle da SJC Bioenergia Ltda. é compartilhado igualmente entre as duas sócias quotistas, USJ – Açúcar e Alcool S.A. e a Cargill Brasil Participações Ltda. **b. Operações com partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas compreendem adiantamentos, prestação de serviços, vendas de produto acabado e instrumentos financeiros. **(i) Operações com pessoal-chave:** A Administração da SJC Bioenergia Ltda. é composta por três gerentes, eleitos a cada dois anos por ocasião da Ata de Reunião dos Sócios Quotistas. O montante referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 4.271 em 2020 (R\$ 3.620 em 2019). A Empresa não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios de longo prazo. O pessoal-chave da Administração é composto por um gerente-geral, um gerente-financeiro e um gerente-comercial. **c. Principais saldos e transações:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31/03/2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Empresa, conforme demonstrado a seguir:

	2020	2019
Ativo circulante	2020	2019
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27)	–	–
Banco Cargill S.A. – CRM	2.200	225
Contas a receber de clientes (Nota 10)	–	–
Cargill Agrícola S.A.	1.298	6.352
Alvean Sugar S.L.	10.704	–
U.S.J. – Açúcar e Alcool S.A	61	–
Total do ativo circulante	14.263	6.577
Ativo não circulante	2020	2019
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27)	–	–
Banco Cargill S.A. – CRM	403	–
Total do ativo não circulante	403	–
Total apresentado no ativo	14.666	6.577
Passivo circulante	2020	2019
Empréstimos com partes relacionadas – Exportação de açúcar (Nota 23)	–	–
Cargill Internacional S.A.	(160.207)	(225.297)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções

podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Carlos, 10 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes – CRC/SP 027.611/F
Giovani Ricardo Pigatto – Contador CRC 1SP 263.189/O-7
Daniel Marino de Toledo – Contador CRC 1SP 249.851/O-8



Agrícola Mantiqueira S.A. – CNPJ: 30.657.295/0001-34

Demonstrações Financeiras referente exercícios 2019					
Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2019					
	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Disponibilidades			Exigível a Curto Prazo		
Caixa	4.308,31 D	–	Fornecedores	18.189,84 C	29.941,16 C
Bancos - Contas Corrente	65.003,31 D	7.417,41 D	Obrigações Trabalhistas a Pagar	9.346,11 C	8.832,85 C
Disponibilidades	69.311,62 D	7.417,41 D	Obrigações Tributárias a Pagar	171,62 C	98,68 C
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	–	–	Adiantamentos Recebidos	750,00 C	173,00 C
Créditos Diversos	22.944,74 D	–	Exigível a Curto Prazo	28.457,57 C	39.045,69 C
Tributos e Contribuição a Compensar/Recuperar	6.431,19 D	3.271,76 D			
Clientes - Duplicatas a Receber	–	1.150,00 D	Passivo não Circulante		
Aplicações - Valores Mobiliários	269.251,94 D	–	Empréstimos e Financiamentos		
Adiantamentos	2.474,33 D	–	Empréstimos	105.000,00 C	121.491,34 C
Créditos Diversos	328.371,49 D	123.986,69 D	Empréstimos e Financiamentos	105.000,00 C	121.491,34 C
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	629.473,69 D	128.408,45 D	Patrimônio Líquido		
Estoques	111.465,20 D	76.910,57 D	Capital Social	2.776.850,00 C	2.776.850,00 C
Estoques	111.465,20 D	76.910,57 D	Reservas de Lucros	1.490.294,85 C	338.273,27 C
Outros Bens e Direitos	–	–	(-) Prejuízos Acumulados	485.681,03 D	114.859,00 D
Investimentos	186,00 D	54,00 D	Patrimônio Líquido	3.781.463,82 C	3.000.264,27 C
Participações em Outras Empresas	186,00 D	54,00 D	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.914.921,39 C	3.160.801,30 C
Bens e Direitos em Uso	2.946.993,79 D	2.928.758,34 D			
Culturas Permanentes	158.939,27 D	19.265,70 D	Antonio Sérgio de Seixas Nogueira		
Imobilizado	3.105.933,06 D	2.948.024,04 D	Presidente do Conselho Administrativo		
Depreciação Acumulada	–	–	João Batista Detore – Contador		
(-) Depreciação Acumulada	1.448,18 C	13,17 C	CT/CRC: 1SP162832/O-5		
Depreciação Acumulada	1.448,18 C	13,17 C			
Total do ativo	3.914.921,39 D	3.160.801,30 D			

Indústria de alimentos contratou 8 mil pessoas durante pandemia

As contratações no primeiro quadrimestre cresceram 0,5% na indústria de alimentos em relação ao mesmo período de 2019. De acordo com levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), o setor foi responsável pela criação de oito mil empregos de janeiro a abril deste ano. Por ser atividade essencial, a indústria de alimentos continuou a produzir durante a quarentena provocada pela pandemia da covid-19. Para manter o funcio-

namento, as empresas implementaram medidas de segurança e prevenção nas fábricas e o isolamento social de profissionais do grupo de risco, resultando na criação de novas vagas.

Negócios

Setor da construção civil está apreensivo com os rumos dos negócios

Os setores de construção civil e do mercado imobiliário apostam que serão fundamentais para a retomada da economia no pós-pandemia. Por injetarem recursos e gerarem empregos, rapidamente, para mão de obra sem qualificação, têm potencial de absorver parte dos desempregados e fazer a roda do consumo girar. Contudo, temem que os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, de proteção aos inadimplentes, tirem a capacidade de investimento no setor.

José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), diz que a Caixa fez as contas e viu que podia dar uma carência para pagamento. “Não concordamos com os proje-

tos que estão no Congresso, porque não fazem essas contas. Não levam em consideração a perda de capacidade de investimento”, sustenta.

Como a maior parte do crédito imobiliário do Minha Casa Minha Vida (MCMV) é financiado pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a permissão de saques extras, nos últimos anos, está “sangrando o fundo”, alerta Martins. “Não vai ter dinheiro para tocar as obras. Não é assim, tem que fazer conta”, reitera. Ele lembra que muitos beneficiários do MCMV são funcionários públicos, uma vez que há faixas para rendas de R\$ 4 mil e R\$ 9 mil.

O presidente Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi), Eduardo Aroeira, afirma que as libe-

rações de recursos estão estáveis há anos. “O orçamento anual não muda, ou seja, a população cresce, o déficit habitacional aumenta, e não se consegue elevar a habitação de interesse social”, diz. Alguns estados, como Goiás, já consumiram o orçamento do FGTS do MCMV e não conseguem mais financiar projetos. “No Distrito Federal, não falta. Mas, como é uma obrigação legal, é feita uma redistribuição quando isso ocorre”, explica.

A falta de recursos desaquece o setor, acrescenta Aroeira. “Com pouco dinheiro, há menos geração de riqueza e de emprego. A crise é capaz de sensibilizar o governo da importância do setor da construção civil para a retomada da economia”, completa.

Biznews



Wirecard perde R\$ 7,4 bi em valor de mercado após fundador ser preso e pagar fiança de R\$ 29 mi



O fundador da processadora de pagamentos alemã Wirecard, Markus Braun, foi afastado do cargo de CEO após suspeitas de uma fraude contábil. Segunda (22), o executivo se entregou voluntariamente às autoridades de Munique, na Alemanha, depois de ser emitido o mandado de prisão. Poucas horas depois, Braun foi libertado mediante o pagamento de uma fiança de 5 milhões de euros (cerca de R\$ 29 milhões).

Braun renunciou à presidência da companhia na semana passada, após a revelação do balanço com um rombo de 1,9 bilhão de euros (cerca de R\$ 11,3 bilhões). Na sexta-feira (19), as ações da Wirecard despencaram, com a perda US\$ 1,4 bilhão (R\$ 7,4 bilhões) em valor de mercado.

A Wirecard iniciou suas operações no mercado europeu em 1999 e está no Brasil desde 2017. A subsidiária brasileira da companhia enviou uma carta a seus clientes dizendo que o escândalo não tem relação com o negócio no País.

De acordo com comunicado do Ministério Público de Munique, divulgado pela Deutsche Welle, Braun foi

detido por suspeita de “inflar” artificialmente o faturamento da empresa, com transações falsas, para fazer parecer-la mais forte. O dinheiro supostamente estaria em dois bancos nas Filipinas, mas, na divulgação do balanço, a empresa já admitiu que a quantia provavelmente não existe.

Com o afastamento de Braun, a executiva Jan Marsalek, conhecida como a mão direita do ex-CEO, foi demitida. Marsalek administrava os negócios do dia a dia. O conselho nomeou como chefe-interino o gerente norte-americano James Freis.

Em entrevista ao portal T-Online, o ministro da Economia da Alemanha, Peter Altmaier, disse que o escândalo da Wirecard deve ser resolvido rapidamente. Para ele, é essencial transparência no processo e que todos os envolvidos sejam punidos. Altmaier alertou ainda sobre a perda de imagem da Alemanha como local de negócios.

Alguns jornais da Alemanha debatem que o escândalo também pode influenciar negativamente o crescimento de fintechs no País.

Isto é Dinheiro